



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

24 de maio de 2013 – 9h

### PAUTA

#### Informes:

- I. Esclarecimentos sobre o caso da multa aplicada à Conselheira Maria Cecília da Inspeção Veicular.

#### Expediente:

- I. Sugestões de inclusão de Pauta.

#### Ordem do dia:

- I. Apresentação da Prestação de Contas do Fundo do FEMA pela servidora – Laressa Carvalho;
- II. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Aditivo de Valor da Desapropriação para Implantação do Parque Municipal Nascentes do Ribeirão Colônia, de propriedade de **MAHLE METAL LEVE S/A**, situado à Estrada da Colônia, km 02 (Processo nº 2008 -0.286.103-7);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Aditivo de Valor da Desapropriação para Implantação do Parque Linear Central de Guaianases (Guaratiba), de propriedade de **ADELINO MARTHINS RAPHAEL E OUTROS**, situado à Av. Monte Alegre de Minas, s/nº, 2079 e 2085 e logradouros não abertos: Rua Camões, Rua Andradas, Rua Itália ou Itálica, Rua Dantes, Av. Rio Cavernoso – Vila Cosmopolita – Lotes: 1,4,5,8,13,14,17 e 20 da Quadra 1 (setor fiscal 175 – quadra 077) (Processo nº 2012 -0.063.346-2);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Aditivo de Valor da Desapropriação de área para implantação do Parque Praia de São Paulo de propriedade de **CLEIDE DIAS RODRIGUES E S/M E CÉLIO HENRIQUE DIAS E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3.052 e 3.058 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro (Processo nº 2010 -0.214.193-8);
- V. Apreciação e Deliberação sobre projeto candidato a financiamento pelo Edital FEMA 09/2012 do número: 35 – SAJAPE Associação dos Moradores dos Jardins Petrópolis e dos Estados (Processo nº 2012-0.095.098-0), com manifestação da AMLURB.

#### Anexos:



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Parecer do Processo nº 2008 -0.286.103-7;

Parecer do Processo nº 2012 -0.063.346-2;

Parecer do Processo nº 2010 -0.214.193-8;

Parecer do Processo nº 2012-0.095.098-0;

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Bom dia a todos. Daremos início, portanto, à reunião do CONFEMA. Hoje é 24 de maio, 9h00 da manhã. Informes, o primeiro, a atual conselheira Maria Cecília pediu informação sobre inspeção veicular, ( nós não tínhamos seus dados suficientes, e após a reunião, passaremos todas as informações. Expediente: sugestões de inclusão de pauta para a reunião. Algum Conselheiro tem alguma? Sem sugestões, passamos à ordem do dia. Primeira, apresentação da prestação de contas do fundo FEMA pela servidora Laressa Carvalho. Com a palavra, Laressa.

**Laressa:** Bom dia a todos. Para quem não me conhece, meu nome é Laressa. Eu trabalho aqui no Verde, na Contabilidade, há dois anos. Trabalho aqui há dois anos, mas ao todo eu tenho cinco anos de prefeitura. Tive uma experiência na Secretaria de Assistência Social. Também estamos desenvolvendo esse trabalho aqui já tem um tempinho. Bom, eu fiz uma breve apresentação para quem não conhece, não é da área, o que seriam as receitas, as despesas para poder compreender o quadro que nós vamos mostrar. Bom, só um breve conceito do que seriam as receitas, como que elas são classificadas, o que seriam essas receitas, nós temos hoje, as receitas orçamentárias e extra orçamentárias. O que seriam? Receitas orçamentárias são aquelas que são previstas, que nós sabemos a origem. E as extra orçamentárias são aquelas não esperadas, por exemplo. Dentro delas nós temos as receitas correntes e as receitas de capital. As receitas correntes seriam as receitas provenientes de tributos, as taxas dos impostos, os tributos de modo geral, transferências correntes. As de capital nós teríamos, por exemplo, rendimentos, alienação de bens, dívidas ativas, pagamento, por exemplo, de desapropriações. Esse seria uma avaliação de como é classificada a receita. Ela tem níveis para que nós possamos identificar da onde que ela é, como é a classificação dela, que seriam as categorias, as fontes, as subfontes, as rubricas. Seria a codificação para nós entendermos o que seriam essas receitas que foram utilizadas. A receita é classificada em alguns estágios: que seriam a previsão, o lançamento, a arrecadação, e o efetivo recolhimento. Nós, Secretarias, conseguimos apenas a parte... visualizamos, na verdade, a parte do recolhimento da previsão. A previsão, estimamos no orçamento e o recolhimento efetivo, quando entra na nossa conta corrente. A parte do lançamento, arrecadação, ela fica na verdade na Secretaria de Finanças, que vai contabilizar e transportar para nós. O FEMA, todo mundo já conhece o FEMA, já sabe como que ele é, mas ele foi instituído em 2001 pela lei 13.251. O FEMA, ele recebe recursos, tanto recursos de depósitos de terceiros, quanto preços públicos em geral. Os depósitos em geral, eles são depositados diretamente na conta corrente do FEMA. Ela conta hoje, atualmente, com uma conta única. E a Secretaria de Finanças lança os valores, os preços públicos recebidos lá no Tesouro, lança contabilmente, e transfere para nós, em um único lote, para a Secretaria. Os depósitos até, mais ou menos, 2010, eles eram contabilizados através de uma guia chamada Guia dos (incompreensível). Nós recebíamos o repasse ou o depósito, nós



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

tínhamos que contabilizar, levar para a Secretaria de Finanças, autenticar e solicitar a transferência, para conseguir, efetivamente, lançar na nossa conta. Hoje, em um só, a gente consegue fazer com que... consigamos apropriar já, direto, no sistema. Aqui está um exemplo nosso, de como entram os depósitos na conta. E os diversos, pela classificação, a gente consegue solicitar a Secretaria de Finanças, através dos códigos, quais que realmente nos pertencem, e como a gente pode utilizar. Esse é um exemplo de DAMSP, que também, a partir de 2011, nós temos que consultar estes DAMSP no sistema, e verificar, realmente, se eles são pagos, se eles foram transferidos através da Portaria que nós temos, para realmente saber se está tudo certinho na nossa conta. Essas seriam as nossas receitas, hoje. Nós temos as receitas gerais do FEMA. Seriam as receitas correntes que englobam cobranças pela avaliação de controle ambiental, depósitos de acordos, temos as entradas de créditos de carbono, temos também transferências do estado, que atualmente não estão ativas. Com o federal, também, atualmente, não. Temos as compensações ambientais, que seriam os TCAs, que acordos firmados com a SVMA, os rendimentos. Temos a multa decorrente da inspeção veicular, que é utilizada também para projetos relativos aos trólebus, para dar suporte à obras e... Ativos são esses. Bom, a despesa é classificada em três fases: oficialmente nós temos a reserva, o empenho, a liquidação e o pagamento. Só que na prefeitura de São Paulo, nós temos a reserva, que ela é utilizada para a gente poder melhor gerenciar, se realmente teremos como arcar com os empenhos que nós temos a fazer. Como que funcionaria a despesa no FEMA, por exemplo, nos convênios? Os convênios são feitos por editais, que são gerados, e selecionados os projetos que as ONGs apresentam, e são transpassados pela CAV, depois pelo CONFEMA, e aí sim, depois de toda aprovação da Secretaria, dos conselheiros, dos técnicos, nós podemos fazer a parte financeira, orçamentária, através do empenho, liquidação. Temos também as contratações, que seriam... é o mesmo procedimento dos editais, com a diferença que não há editais, e sim, a licitação de bens e serviços, ou Termos de Referência. No caso de desapropriações, quem faz a avaliação são os técnicos de DESAP. Eles avaliam, e depois, nós, CAV, avaliamos, é aprovado pelo nosso CONFEMA, e aí sim, nós passamos para a parte financeira e orçamentária. Essa seria a estrutura do FEMA com relação à despesa. Nós temos as classificações de despesa com realizações ambientais, em votação de projetos ambientais, modernização de infraestrutura de trólebus, implantação de parques urbanos, naturais e lineares do crédito de carbono, implantação de viveiros, também créditos de carbono, implantação de ações ambientais, implantação de políticas municipais de mudanças climáticas. Na verdade, este ano nós não temos nenhuma atividade ainda, nem os viveiros, e nem nas mudanças climáticas. Esta seria a codificação de como nós classificamos a despesa, para poder saber onde realmente, poderia gastar. A unidade que irá poder utilizar esse recurso, qual que é a função do recurso, o programa que é destinado, a atividade, o elemento que vai ser utilizado, que despesa nós vamos realizar, e o valor em si. Esse demonstrativo é uma evolução do quadro de execução da receita e da despesa, do que utilizamos FEMA em 2012.

**Laressa:** Nós iniciamos o ano de 2012 com saldo em conta corrente, saldo financeiro, de aproximadamente, R\$ 62 milhões em conta. Me questionaram no passado: *“Qual o valor? Nós temos tantos milhões, se nosso orçamento é de tanto?”* Calma. O acumulado que nós temos de saldos anteriores, de valores anteriormente depositados, eles estão na conta corrente.” Então iniciamos o ano de 2012 com R\$ 62 milhões. Nós recebemos, em 2012, aproximadamente R\$ 111 milhões, tivemos um rendimento de aproximadamente R\$ 7 milhões, pagamos, sobre



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

restos de 2011, um valor estimado de R\$ 5 milhões, e pagamentos em 2012, referentes a 2012, nós pagamos, aproximadamente, R\$ 51 milhões. Terminamos o ano com aproximadamente R\$ 124 milhões, sendo que nós tínhamos ainda, a pagar, restos de 2012 para pagar em 2013, de R\$ 8 milhões, aproximadamente. Nos dando, a utilizar, R\$ 115 milhões “livres”. Sendo que destes R\$ 115 ainda temos deliberações que foram feitas pelo CONFEMA, que não estavam ainda, nem reservados nem empenhados, de aproximadamente R\$ 18 milhões, que eram de TCA. Então nós passamos o ano de 2012 com aproximadamente, financeiramente, R\$ 115 milhões. Em 2013, nós fizemos o quadro por quadrimestre. Nós iniciamos o ano com R\$ 124 milhões, já recebemos, até 30 de abril deste quadro, R\$ 50 milhões. A maior renda de TCA de preços públicos em geral, do FEMA, e de inspeção veicular. Nós tivemos até agora, em abril, o rendimento de R\$ 3 milhões, e ainda temos de empenhos a pagar, já foram feitas, deste ano, de R\$ 14 milhões. Pagamos referente ao ano passado, de 2012, uma média de R\$ 8 milhões. E referente a este ano, até abril, nós tínhamos pago R\$ 600 mil. O saldo que nós tínhamos em 30 de abril é aproximadamente de R\$ 170 milhões, sendo que destes, nós temos mais empenhos que já foram feitos em maio, e ainda tínhamos um saldo residual de empenhos do ano passado e deste ano. Então, aproximadamente livre, nós teríamos hoje, uma média de R\$ 135 milhões para serem utilizados de formas diversas. Nós apresentamos de forma básica, mas temos um demonstrativo realmente detalhado. Esses são nossos contatos. Se alguém precisar estamos à disposição.

**Orador não identificado:** Não. Só uma coisa: daquele total de... Só o total, que a gente (incompreensível) FEMA, percentualmente quanto que teria de multas de trânsito que já têm uma destinação específica, lá na Secretaria Municipal de Transportes? Você tem ideia? Desses R\$ 155 milhões, quanto que é relativo a multas da inspeção veicular, mais ou menos, se tiver? Porque esse dinheiro, embora ele esteja no Fundo, ele é utilizado especificamente para a Secretaria Municipal de Transportes, desde que ela apresente projeto.

**Laressa:** Não, não. Esses 155 é o geral, do CONFEMA.

**Orador não identificado:** Dos 155 qual é o valor relativo a multas de inspeção veicular?

**Laressa:** Até abril, nós temos, aproximadamente, R\$ 60 milhões.

**Orador não identificado:** Dos 155, 60 é destinação específica para lá?

**Laressa:** Exato. Exato.

**Orador não identificado:** Estou até falando isso, porque quando a gente vê o valor total dos 155, parece que são 155 passíveis de serem utilizados para projetos, e não é isso.

**Laressa:** Não. Não é isso.

**Orador não identificado:** Então tem que tirar os 60 milhões antes?

**Laressa:** Aquele saldo é o saldo financeiro, mas nós controlamos a divisão de onde eles podem ser utilizados. Desses, até 30 de abril, na rubrica de receitas correntes, nós poderíamos utilizar



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

R\$ 36 milhões. De crédito de carbono, R\$ 13 milhões, sendo R\$ 1 milhão do aterro São João e R\$ 10 milhões e pouquinho, aterro Bandeirantes.

**Orador não identificado:** Eu sei, mas alguns aterros também têm uma destinação específica...

**Laressa:** Sim. Sim.

**Orador não identificado:** Eu estou dizendo, projetos em geral, quanto que a gente tem, assim, a grosso modo, para serem utilizados em editais, em projetos de trólebus. Dos R\$ 155 milhões.?

**Laressa:** R\$ 36 milhões.

**Orador não identificado:** R\$ 36 milhões?

**Laressa:** R\$ 36 milhões. Que são as receitas correntes.

**Orador não identificado:** Obrigado.

**Laressa:** Esses projetos (incompreensível). Nós temos, além desses... (incompreensível)... Parece que é muito dinheiro, mas (trecho incompreensível), por exemplo. Por exemplo, a devolução do IM, nós temos R\$ 1,3 milhão. Essa devolução? Foi um valor que foi pago a maior para o município, R\$ 0,22 em 2008, 2009, 2010, 2011. Daí esse valor tem que ser devolvido ao município, mas há uma dificuldade de se devolver esse valor, o qual ainda está bloqueado em conta corrente. Podem ser aplicados em projetos nos transportes, mas ainda não há projetos, realmente efetivos. Existem também depósitos realizados em 2008, 2009, por duas empresas, que também foram bloqueados pelo Ministério Público. Eles entenderam que o valor não seria utilizado em qualquer projeto. Devem ser aplicados em projetos específicos.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Algum conselheiro tem alguma pergunta a ser feita? Passaremos ao segundo item, eu passo a palavra ao secretário executivo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Rubens, Secretário Executivo do FEMA. Bom dia a todos. Eu vou projetar os relatórios que foram enviados, embora vocês já os tenham, casos vocês queiram acompanhar, mas eu vou projetar os relatórios na tela, para a gente poder acompanhar. Nós temos quatro projetos que vão ser votados hoje, sendo que três deles são referentes a projetos que já foram debatidos por esse Conselho, já foram aprovados anteriormente, trata-se de desapropriação, e eles agora, voltam com reajuste de valor, e a gente submete novamente ao Conselho. Então são aqueles relatórios curtos, porque se trata de uma decisão judicial. Bom, o primeiro parecer técnico é sobre: apreciação e deliberação sobre a complementação de um aditivo de valor de desapropriação para o Parque Municipal Nascentes do Ribeirão Colônia, de propriedade de Mahle Metal Leve S/A, (incompreensível), o processo que tratou o assunto é o 2008-0.286.103-9. Proponente da indenização é o DESAP, Departamento de desapropriações, da Secretaria de Negócios Jurídicos. A área total da desapropriação foi acrescentada para que vocês tenham uma ideia da dimensão da área. Então, a área desta desapropriação é de 110.685,40 m<sup>2</sup>. O valor total da avaliação



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

administrativa, R\$ 535.621,05, mês referência dezembro de 2012. O valor da atualização Judicial, o valor atualizado, é R\$ 1.075.409,95, também dezembro de 2012. Então o valor a ser complementado, que seria essa diferença, implica em R\$ 547.885,73, atualizados até abril, lembrando que, em sendo aprovado esse projeto, a gente já vai aprovar com as correções até a data da liberação, para que ele não tenha que retornar só por conta da correção. Trata o presente processo de desapropriação de uma propriedade para a implantação do Parque Municipal Nascentes do Ribeirão Colônia. A proprietária, Mahle Metal Leve S/A, figura como titular de domínio do imóvel. A área foi declarada de utilidade pública por meio do Decreto de Utilidade Pública nº 50.609, de 13/05/2009, determinada no processo nº 2008-0.286.103-9. A análise de viabilidade técnica e orçamentária está contida no Parecer Técnico juntado as folhas 174 a 233 do presente Processo Administrativo. Assim, esse Parecer Técnico tem como objetivo dar ciência e anuência da Comissão de Avaliação no que se refere ao valor da avaliação judicial da área acima referida. Diante do exposto, a Comissão de Avaliação nada tem a opor e é favorável pelo prosseguimento do processo. Foi analisado em 16, e segue assinado pela Comissão. Então, pergunto se tem alguma dúvida? Não? Então submeto a votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto em pauta, permaneçam como estão. Então o projeto foi aprovado por unanimidade. O segundo projeto seria, também, atualização de valor de avaliação judicial. A proposta é desapropriação da área de implantação do Parque Linear Central de Guaianases, conhecido como Guaratiba, conforme Decreto de Utilidade Pública 52.073, de 06/01/2011, determinada no processo nº 2006-0.125.260-4, de propriedade de Adelino Marthins Raphael e outros, situada à Av. Monte Alegre de Minas, s/nº, um imóvel é s/nº, o outro é 2079 e 2085 e logradouros das ruas: Rua Camões, Rua dos Andradas, Rua Itália ou Itálica, Rua Dante, Av. Rio Cavernoso, todos na Vila Cosmopolita – Lotes: 1,4,5,8,13,14,17 a 20 da Quadra 1, setor fiscal 175 – quadra 077. Processo de análise de desapropriação é 2012-0.063.346-2. Proponente - DESAP – Departamento de Desapropriações. A área total das desapropriações é de 7.402,35 m². Valor total da avaliação administrativa, que é a avaliação inicial - R\$ 226.739,19, mês de referência abril de 2012. Valor da atualização judicial - R\$ 445.050,60, valor de referência - abril de 2013. Valor a ser complementado - R\$ 210.646,35, valor atualizado em maio de 2013. Análise da proposta: Trata o presente processo de desapropriação de uma propriedade para a implantação do Parque Linear Central de Guaianases, conhecido como Guaratiba. Os proprietários: Adelino Marthins Raphael e outros, figuram como titulares de domínio do imóvel. A área foi declarada de utilidade pública pelo decreto nº 52.073, de 06/01/2011, determinada no processo nº 2006-0.125.260-4. A análise de viabilidade técnica e orçamentária está contida no Parecer Técnico juntado as folhas 68 a 111 do Processo Administrativo. Assim, esse Parecer Técnico tem como objetivo dar ciência e anuência da Comissão de Avaliação no que se refere ao valor da avaliação judicial da área acima referida. Diante do exposto, a Comissão de Avaliação nada tem a opor e é favorável pelo prosseguimento do processo. São Paulo, 16 Maio, foram todos analisados no mesmo dia, de 2013. Alguma dúvida? Podemos ir à votação, então? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação de reajuste de valor do imóvel citado, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Quarto ponto de pauta desses projetos, atualização de valor da avaliação judicial. A proposta é Desapropriação de área para implantação do Parque Praia de São Paulo, conforme Decreto de Utilidade Pública nº 50.481, de 10/03/2009, determinada no processo nº 2008-0.093.940-5, de propriedade de Cleide Dias Rodrigues e seu marido, e Célio Henriques Dias e sua mulher, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3052 e 3058 – Jd. Santa Helena.



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

O processo de entrada da desapropriação é o 2010-0.214.193-8. Proponente - Departamento de Desapropriações. A área total da desapropriação é de 265 m<sup>2</sup>. Valor total da avaliação administrativa - R\$ 590.388,76, mês de referência, agosto de 2012. Valor da atualização da avaliação judicial, R\$ 682.533,46, corrigido, mês de referência, maio de 2013. Valor a ser complementado - R\$ 93.526,87, valor estimado para maio de 2013. Análise da proposta: Trata o presente processo de desapropriação de uma propriedade para a implantação do Parque Praia de São Paulo. Os proprietários, Cleide Dias Rodrigues e seu marido e Célio Henriques Dias e sua mulher, figuram como titulares de domínio do imóvel, implicando em uma área total de 265,00 m<sup>2</sup>. A área foi declarada de utilidade pública por meio do Decreto nº 50.481, de 10/03/2009, determinada no processo nº 2008-0.093.940-5. A análise de viabilidade técnica e orçamentária está contida no Parecer Técnico juntado as folhas 78 a 93 do presente Processo Administrativo. Assim, esse Parecer Técnico tem como objetivo dar ciência e anuência da Comissão de Avaliação no que se refere ao valor da avaliação judicial da área acima referida. Diante do exposto, a Comissão de Avaliação nada tem a opor e é favorável pelo prosseguimento do processo. São Paulo, também, Maio de 2013. Segue assinado pela Comissão de Avaliação. Dúvidas? Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da proposta de reajuste da desapropriação, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. O quinto ponto de pauta é a apreciação e deliberação do projeto candidato a financiamento do FEMA, pelo Edital FEMA de número 35, da Instituição SAJAPE. Então vou passar a palavra...

**Ana Carla:** Bom dia. Sou a Ana Carla, membro da Comissão de Avaliação de Projeto. Esse projeto, ele tem o nome de Transformando Madeira. Ele é da Instituição SAJAPE, localizada na Zona Sul – Santo Amaro. Santo Amaro, zona sul, mais precisamente na Vicente de Rao. O prazo de duração do projeto seria de 10 meses, o valor total - R\$ 149.698,00. Parte financiada pelo FEMA - R\$ 136.548,00. E a comprovativa de R\$ 13.150,00. Resumidamente, o projeto propõe o reaproveitamento dos resíduos de madeira descartados no Ecoponto da Vicente Rao por meio de um curso de capacitação para 20 catadores e filhos de catadores da região. Como se trata de uma área de ecoponto, ela tem que ser... ela é supervisionada pela AMLURB, e quem tem que dar a anuência desse projeto é a AMLURB. Por isso esse projeto ficou remanescentes porque a gente estava aguardando a resposta da AMLURB. Eu vou ler para vocês a conclusão do parecer. Bom, a CAV avaliou o projeto e ele tem uma série de inconsistências, do ponto de vista da estruturação do projeto em si. Então, algumas informações ficaram faltando, como, por exemplo, o próprio currículo das pessoas, dos técnicos que fazem parte do projeto. Esses filhos de catadores, que no caso seriam capacitados viriam de algumas escolas, e eles também não apresentaram a carta de anuência das escolas, no caso de parceria das escolas. O diagnóstico da região como um todo, ele está um pouco fraco. Então a CAV já tinha analisado que existem algumas falhas estruturais importantes do projeto em si. Agora eu vou ler o parecer da AMLURB sobre a pertinência do projeto. Considerando-se que o projeto pretende atuar com resíduos de madeira descartados no Ecoponto Vicente Rao e considerando que o Sistema de Limpeza Urbana no Município de São Paulo é de competência da Secretaria Municipal de Serviços, e que a AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana é o órgão regulador dos serviços de limpeza urbana no Município de São Paulo, estabelecendo normas e procedimentos para sua implementação, gerenciamento, fiscalização e controle, solicitamos carta de anuência da AMLURB quanto à pertinência da implementação do projeto. Para isso foi



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

enviado à AMLURB um ofício, de número 050/DPP-2012, pedindo a análise deste projeto em manifestação, conforme constam às folhas juntada no Processo Administrativo de nº 2012.0.095.098-0 AMLURB. A AMLURB avaliou que o espaço físico do Ecoporto oferecia risco de acidente para as pessoas beneficiárias do projeto, uma vez que no local é freqüente a circulação de veículo de munícipes que descartam material, além de caminhões utilizados pela empresa contratada para retirada de caçambas. Diante desse impasse, o projeto foi encaminhado para a Subprefeitura de Santo Amaro, a qual respondeu em 19/12/2012 com a indicação de local alternativo para o desenvolvimento do projeto, o espaço na área interna da UTI-Unidade de Transportes Internos. Entretanto, no que se refere à utilização de resíduos de madeira do Ecoporto, matéria-prima do projeto em questão, a AMLURB conclui, nas folhas de informação 5991 a 5992, que: *“No entendimento desta Divisão, Núcleo Gestor de Entulhos e Diretoria de Gestão de Serviços, não podemos abrir exceção, as madeiras descartadas no Ecoporto não tem procedência do seu uso, não sabemos se foram contaminadas por algum tipo de elemento químico, como tinta e vernizes ou patógenos que podem causar danos a saúde humana para quem possa manuseá-las. Portanto concluímos que as madeiras descartadas nos Ecoportos não podem ser reutilizadas sem passarem por um processo de descontaminação”*. Em vista desse parecer conclusivo de AMLURB, entendemos que a continuidade do projeto fica prejudicada, levando esta CAV a considerar que: o projeto não atende aos critérios de seleção do edital FEMA.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Pergunto se há alguma dúvida em relação ao parecer técnico apresentado? Podemos ir à votação? Então, como sempre a gente faz, vou fazer a pergunta iniciando de forma positiva e depois a negativa.

**Cons. Cecília:** Eu tenho uma dúvida. Porque o destino dos resíduos sólidos é um problema do nosso (incompreensível). E eu queria perguntar... eu acho que (incompreensível) aproveitar isso para saber quando, que madeiras pintadas contamina a área. Existe conhecimento desse perigo de se usar madeira? Eu acho que a gente aceitar, simplesmente... Porque a gente vê as madeiras sendo utilizadas. Então por que não pode utilizar agora? Que tipo de contaminação? Acho que a AMLURB deveria explicar um pouco melhor. E se alguém souber e puder explicar. Agora, eu diria o seguinte, não sei por que esse som está com tanto reverber. Podia abaixar um pouco.

**Ana Carla:** Eu, de fato, não sei se a AMLURB tem um parecer, uma pesquisa científica com relação a isso. Eu tenho a impressão de que a AMLURB, ela se preocupa muito mais, não, por exemplo, uma contaminação de solo, ou do espaço físico em si, mas com a contaminação dos trabalhadores. A SAJAPE, ela teve já um projeto aprovado no FEMA, no qual eles trabalhavam com resíduos, e fazendo compostagem. Só que esse material era oriundo da poda das madeiras da subprefeitura. Era um material um pouco diferente desse que está sendo trabalhado, utilizando produtos químicos. Então, por essa razão, eles achavam que não tinha nenhum problema. Nesse caso, como essa madeira, realmente, não tem origem, não tem procedência, se, por exemplo, acontece alguma coisa com a saúde do funcionário ao manusear aquele material, a AMLURB não tem como garantir a segurança, ou a qualidade...



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

**Cons. Cecília:** Não, mas acontece o seguinte, se nunca antes aconteceu alguém ser prejudicado pelo manuseio das madeiras... deve ter havido alguma ocorrência, não é? Porque eu vejo as pessoas utilizando madeira, lá onde eu moro, e nunca soube que ninguém foi prejudicado pelo manuseio de madeira.

**Miriam:** Cecília, a impossibilidade foi colocada na resposta de AMLURB, mas que a gente, em conversas até com eles, já anteriormente, o próprio diretor, na época, do departamento, era de que já havia um contrato da AMLURB com a SOMA, porque é quem gerencia o ecoponto. E nesse contrato está colocado a impossibilidade de se utilizar esse material. Ela é responsável por gerir esse material que ela administra, e tem que dar conta dele. Não pode transferir para outros. Tinha um regimento legal, também, que eles não citaram aí, mas eles já sabem dessa, enfim, essa questão. Que existe, e é uma questão legal mesmo, no contrato.

**Orador não identificado:** Eu acho também, não sei, aqui o problema não é só a questão de estar contaminado ou não. É a questão de ter um elemento patogênico, não se sabe por onde passou aquele tipo de material que pode vir a contaminar uma pessoa que esteja manuseando. Então, há essa preocupação. O que eu entendo da sua preocupação, que é pertinente, é: se existir um projeto que seja apresentado e que tenha, até pelo seu processo, a questão de descontaminação desse material, que eu nem sei como é que ela se daria, aí sim, daria para, vamos dizer, oficialmente se permitir que alguém fosse responsável por manusear. Agora, o poder público, até por contrato, provavelmente, lá, com a empresa, AMLURB, pressupõe que não possa ser disponibilizado esse material, pelo fato deles não saberem a procedência e vir a causar algum problema, e isso ser, oficialmente, vamos dizer assim, (incompreensível) que a gente nem sabe quais seriam. É importante que a gente verifique com AMLURB se há um avanço, se é possível um avanço nessa questão, com relação, vamos dizer, o resíduo que impacta no meio ambiente, que poderia estar sendo utilizado, desde que devidamente descontaminado. Acho que cabe...

**Cons. Cecília:** Espere um pouco. Primeiro, a gente nem sabe se está contaminado. Segundo, e se estiver, vai ficar lá no ecoponto? O que vai fazer com isso daí?

**Orador não identificado:** O ecoponto faz a destinação que não é a melhor possível, mas vai para o aterro. Isso aí vai para o lixo.

**Cons. Cecília:** Gente, a gente vai mandar madeira, que poderia estar sendo aproveitada, só porque... isso que eu perguntei: já aconteceu alguma vez, de alguém ficar doente por mexer, alguém... A gente tem que ter esse levantamento. Eu acho que não dá, simplesmente, para pegar... Eu não sei, eu não posso... Se existe esse outro motivo que a Miriam está relatando aí, aí tem que constar aqui. Porque a gente vai estar referendando... Gente, está muito superficial nessa análise. Se eu não posso referendar o... Existe uma proposta que o pessoal está querendo usar essa madeira, não é isso? Houve poucos projetos aprovados nesse FEMA 09. Poucos projetos aprovados. A gente tem problemas de onde jogar o lixo, os aterros estão cheios. Quer dizer, a gente simplesmente vai pegar essas madeiras e jogar no aterro?

**Miriam:** Cecília, eu concordo com a importância de se ter projetos na área. Porque é um tema de grande relevância. A política nacional dos resíduos sólidos, a política municipal. Mas o



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

projeto, lembrando o que a Ana falou, ele não tinha sido, já, pela CAV, recomendado, por vários pontos importantes, inclusive de anuências das escolas envolvidas, da própria SOMA, que eles não tinham uma carta de anuência da SOMA. Faltou outros aspectos, o diagnóstico também não estava bem definido. Houver várias questões importantes e é considerado, inclusive, aspectos de desclassificação, porque não teriam apresentado esses itens. Mas ainda assim, a gente encaminhou para a AMLURB, já que era um tema que AMLURB teria que responder, se manifestar. Então, têm vários aspectos.

**Miriam:** Só para finalizar, assim: eu acho que a gente pode sim, a gente vai acatar o que você está trazendo como uma questão a ser conversada com AMLURB. A gente não tem (incompreensível) para tratar de um outro assunto. O próprio diretor do departamento falou: a gente pode continuar essa conversa, porque é de interesse nosso, de repente, em outros editais, a gente ter uma parceria mais contínua. Enfim, a gente ficou assim, de continuar essa conversa. Eu acho que nos próximos, a gente pode prever, inclusive, isso que você está trazendo, essa proposta. Mas nesse momento, ele não foi recomendado e não é só essa questão. Ele teria que ser praticamente reescrito, trazer novos elementos, todos os itens lá, e AMLURB dar anuência. A gente vai questionar. Acho que não caberia agora. No próximo edital, sim.

**Cons. Cecília:** Miriam, outra coisa. Se a CAV já havia encontrado motivo suficiente para não aprovar, então por que mandou para AMLURB?

**Ana:** Porque é de competência dela...

**Cons. Cecília:** Porque o que eu estou sentindo, é assim: uma coisa é o que você me diz, outra coisa é o que vai ficar escrito aqui. A gente vai votar em cima disso daqui, não é? Eu não vou votar porque conversou isso, conversou aquilo, não sei o que lá. O que vai ficar registrado, o que vai ficar publicado, o que vai ficar lá, é o que está escrito aqui. Eu acho assim, que votar em cima dessa avaliação da AMLURB, eu não posso... Eu posso acreditar em você e votar no que você está me dizendo.

**Oradora não identificada:** (incompreensível) mas no próprio parecer, você tem todos os pontos. Nesse parecer da CAV...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** É. Consta no relatório a primeira avaliação da Comissão, em que ela já declarava que a proposta não atendia os critérios de seleção do FEMA, por essa série de motivos que a Miriam colocou. Só que, em paralelo, por ser um assunto de competência de AMLURB, a gente, até por precaução, e para que tivesse orientação para outros projetos semelhantes, a gente consultou a AMLURB com relação a esse tipo de procedimento, como deveria ser. E a resposta da AMLURB só veio a reforçar o que a Comissão de Avaliação já desconfiava, e por isso formalizamos a consulta, para que nós tivéssemos o parecer da unidade responsável, que é competente pelo assunto, que nos desse um parecer concreto. Então...



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

**Ana Carla:** Com relação às conclusões, a análise, aí a Natália, ela fez uma lista de itens onde constam quais são as falhas do projeto. Então tem: (incompreensível) carta de avaliação da SOMA, responsável pela administração do ecoponto.

**Orador não identificado:** Falta a carta de anuência...

**Ana Carla:** O diagnóstico do resíduo e a busca por parceiros potenciais deveriam ser previamente estabelecidos. Faltam os currículos de todos os integrantes do projeto com especificação das horas despendidas por todos. Faltou o detalhamento sobre o conteúdo do material didático a ser elaborado e seu público alvo para que pudesse ser avaliado. Inexistência da anuência das 12 escolas de rede pública que participarão do projeto. Terceirização da responsabilidade da escolha dos participantes dos cursos de capacitação. Orçamento de compra de materiais não autorizados, como, por exemplo, motosserras. Inexistência da anuência de parceiros como os responsáveis pela compra de lanches e camisetas. Estratégias de comunicação estabelecidas insuficientes. E falta de detalhamento maior do cronograma e da metodologia a serem utilizados.

**Cons. Cecília:** Agora só complementando aqui. Realmente, passei a entender agora, que essa madeira vai para as escolas. Então tem que ter um cuidado mesmo, maior. Então eu retiro aqui. Desculpe.

**Orador não identificado:** Mas acho que é fundamental a sua colocação, até para esclarecer a todos os membros, e o detalhamento. Às vezes a gente acaba passando um pouco rápido por todas as questões. Acho que é importante é ter convicção do que está sendo votado.

**Ana Carla:** Então acho que foi por isso que, inclusive, a CAV, mesmo tendo observado as fragilidades do projeto, é lógico que é um procedimento comum a todos, todos os projetos que estão relacionados a ecopontos, que tenha alguma correlação com a SOMA e com a AMLURB, foram encaminhados para lá. A ideia é que se tenha o parecer do responsável pelo ecoponto. Mas infelizmente...

**Conselheiro Luis Felipe:** Luis, representante da Secretaria de Finanças. Em primeiro lugar, acho que é verdade o que a conselheira colocou, que simplesmente a gente não pode votar no escuro. Por outro lado, é importante frisar que é impossível os conselheiros serem técnicos em todas as matérias. Então é importante que esses pareceres estejam presentes, porque se existe um risco, como em outros projetos, assuntos que exijam uma perícia específica, (é importante que os Conselheiros possam se mirar na opinião de algum técnico em tal matéria. E com relação a outro ponto, não sei qual que é a análise desse tipo de matéria, esse tipo de questão, mas o cronograma de desembolso do projeto também, e as despesas antecipadas, causaram um estranhamento, porque o cronograma faz indicação de despesas gerais para todo o projeto, de nível igual para todos os bimestres. O que é estranho é que você tem despesa que são compra de materiais, esses materiais são investimentos (incompreensível). E 90% dos recursos pedidos, são recursos para pagamento de pessoal, que ele não apresenta maiores detalhes (incompreensível) desse pessoal. Eu não sei qual a atribuição, se os recursos serão suficientes, ou se eles não são excessivos para o projeto em questão.



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só em nível de esclarecimento, os cronogramas são apresentados e avaliados por essa Comissão, e eles são comparados. As despesas comparadas com as atividades planejadas ao longo do projeto. O recurso não é liberado de uma só vez. Ele é liberado conforme o cronograma. Então, além da Comissão que avalia o projeto, nós temos outra comissão que acompanha as atividades do projeto, e em paralelo, uma comissão que acompanha a prestação de contas. Então é sempre bem amarrado, no desenvolvimento do projeto, o que está sendo feito com o recurso que está sendo gasto. Se, eventualmente, há uma sobra de recursos, a entidade é chamada para saber o porquê está sobrando recursos. Se alguma atividade deixou de ser feita. Por outro lado, se muitas atividades estão sendo feitas sem recursos, também tem alguma coisa errada, e a entidade é chamada. E se algo for percebido ao longo do projeto, que seja alguma irregularidade, tanto em relação à prestação de contas como o desenvolvimento do projeto, esse projeto é interrompido. Então, em algumas situações, pode ser exigida até a devolução do recurso, na sua integralidade. Então existe, além da análise prévia, também o acompanhamento técnico, e a liberação do recurso não é feita de uma vez. Ou seja, a gente não coloca o valor integral do projeto sob a responsabilidade da proponente, e depois ela administra como ela quer. A gente faz um acompanhamento par e passo.

**Cons. Luis:** Acho importantíssimo. Tem que ser dessa forma mesmo. O que eu dizia, na verdade, é só assim: se têm alguns casos que você já percebe, de antemão, que faltam detalhes no projeto.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Sim.

**Cons. Luis:** É que têm algumas despesas que você nota que seriam feitas de uma só vez, no projeto. Por exemplo, compra de (incompreensível), no valor de R\$ 1.000,00, mas estima-se que seja despendido R\$ 200,00 por mês, não seria o caso de, no primeiro bimestre, você gastar R\$ 1.000,00?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Inclusive, esse foi um dos aspectos que levou a proposta de recusa do projeto pela Comissão de Avaliação. Isso é analisado... Cada projeto é analisado individualmente pelas suas características e suas despesas. Então tem essa preocupação, com certeza.

**Cons. Luis:** Perfeito.

**Ana Carla:** Normalmente, as CAVs acabam sendo as CATs. Então, normalmente, a Comissão de Avaliação do Projeto vai ser a mesma comissão que vai acompanhar esse projeto no seu andamento. Então a gente acaba entendendo que uma boa CAV, uma CAV um pouco mais exigente, ela poupa a gente de trabalhos futuros, enquanto o CAT, na hora de verificar no dia o dia os problemas que vão aparecendo. Então o que a gente faz? Normalmente, quando a gente levanta esses questionamentos, como, por que não comprar de uma vez só? A gente pede para que o projeto apresente ajustes, e muitas vezes esses ajustes, ou não vêm, ou seja, não dão a resposta que a gente gostaria, ou esclarecem. Então a gente reavalia. Passou



## 79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

despercebida alguma coisa dentro do projeto, a gente dá essa possibilidade de resposta. Às vezes melhora, às vezes piora a condição do projeto.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, mais alguma dúvida? Tudo esclarecido? Podemos ir à votação, então? Como de hábito, a gente sempre pergunta no aspecto positivo, pela aprovação. E os conselheiros favoráveis à aprovação, manter-se-ão como estão, os contrários, manifestem-se. Então, os conselheiros favoráveis à aprovação do projeto, permaneçam como estão. Então o projeto não foi aprovado por unanimidade. Não aprovado por unanimidade.

**Miriam:** Rubens deixa eu só dizer, assim, nesse projeto específico, ele não foi avaliado o orçamento, porque a gente estava esperando, aguardando a resposta de AMLURB, aí sim, seria uma análise mais detalhada do orçamento. Por isso que, nesse em específico, ele nem foi analisado. Porque todo projeto tem análise técnico e orçamentário.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Pessoal, não havendo mais manifestações, eu agradeço, mais uma vez, a presença de todos os conselheiros, e dou por encerrada a 79ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. Um bom dia a todos.

RICARDO TEIXEIRA

**Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA**

### CONSELHEIROS PRESENTES:

AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO

LUIS FELIPE VIDAL QRELLANO

MARCOS BUDETTE

MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES

LUIS EDUARDO PERES DAMASCENO

**Coordenador Geral do CONFEMA**

RUBENS BORGES

**Secretário Executivo**



## **79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA**